

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 4/XI
AMPLIAÇÃO DA PLACA DE ESTACIONAMENTO DESTINADA À AVIAÇÃO CIVIL
(PLACA C) ADJACENTE À AEROGARE DAS LAJES

PONTA DELGADA
02 DE JUNHO DE 2017

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ARQUIVO

Entrada 1881 Proc. n.º 109
Data: 01/06/02 N.º 4/XI



TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu nos dias 26 de abril de 2017, na Delegação da Ilha Terceira da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Angra do Heroísmo, e no dia 11 de maio de 2017, na Delegação da Ilha de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de analisar e dar parecer sobre o Projeto de Resolução n.º 4/XI - Ampliação da placa de estacionamento destinada à aviação civil (placa C) adjacente à aerogare das Lajes.

1.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O Projeto de Resolução foi apresentado, pelo Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo da alínea d), do n.º 1, do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro – e nos termos do artigo 145.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e apreciado nos termos da alínea a) do artigo 42.º do referido Regimento.

2.º. CAPÍTULO – APRECIAÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

A Comissão Permanente de Economia deliberou proceder à audição do Presidente da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, do Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória e do Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas.

A Comissão Permanente de Economia, no dia 26 de abril de 2017, procedeu à audição do Presidente da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, Dr. Sandro Paim, e do Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, Dr. Roberto Monteiro, na Delegação da ALRAA em Angra do Heroísmo.



Audição do Presidente da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, Dr. Sandro Paim, na delegação da ALRAA em Angra do Heroísmo, em 26/04/2017.

O deputado Luís Rendeiro apresentou o projeto de resolução em nome do PSD, referindo que a ampliação da placa de estacionamento destinada à aviação civil (placa C) adjacente à aerogare das Lajes na Ilha Terceira é um tema conhecido que tem vindo a ser abordado desde 2006, inclusive pelo antigo Presidente do Governo Regional Carlos César, devido às limitações à operação e constrangimentos verificados devido à falta de espaço disponível para a aviação civil. Desde então o cenário mudou, quer pela redução do contingente militar na base das Lajes, quer pelo aumento do número de companhias aéreas a operar, fruto da dinâmica resultante do novo modelo de acessibilidades do transporte de passageiros na Região.

Com o aumento do fluxo de aeronaves e de passageiros tem existido uma maior utilização da zona militar de estacionamento de aviões, o que provoca algumas dificuldades em termos logísticos e uma dependência acrescida da aprovação militar em tempo útil.

Acresce que está em curso o processo de certificação da pista para uso civil, sendo fundamental separar o uso civil do uso militar, até porque está também prevista a construção do terminal de cargas na zona destinada a ampliação para uso civil.

O Dr. Sandro Paim, em representação da Câmara de Comércio de Angra de Heroísmo, começou por afirmar que a realidade hoje é muito diferente da verificada em 2016, quer porque a utilização da base para fins militares é hoje muito menor do que era no passado (devido à redução do contingente militar americano), quer pela liberalização do espaço aéreo e também pelo processo de negociação e certificação da pista que está a decorrer, relativamente à afetação de espaços.



Por estes motivos, entende que há uma necessidade de refletir sobre o modelo atual e que não há constrangimentos ao nível da construção do terminal de carga, nem reclamações das companhias aéreas a operar na pista e que o único constrangimento que conhece é a afetação para uso militar. Acrescenta que se os recursos forem ilimitados, então defende a ampliação da pista, mas que se os recursos forem limitados então neste caso deve-se optar pelo processo de certificação e afetar e aproveitar a infraestrutura existente para a vertente civil, numa lógica de promoção da eficiência operacional.

Afirmou ainda que as escalas técnicas não têm acontecido na ilha Terceira com a frequência desejada, não devido à placa de estacionamento, mas sim por outras questões como a fiscalidade e estratégia.

O deputado Luís Rendeiro lembrou as declarações do antigo comandante da zona militar, sobre os constrangimentos militares vs. Civis, afirmando que há um contexto de oportunidade que deve ser aproveitado, tendo questionado se no médio prazo não haverá vantagens em ampliar a pista e se estas vantagens não superavam as desvantagens relacionados do elevado custo da ampliação.

O Dr. Sandro Paim respondeu que se pensarmos apenas na ilha Terceira, então é importante garantir a ampliação da pista, mas se pensarmos numa vertente a nível da Região Autónoma dos Açores, de coesão, então a ampliação poderá ser redundante, pelo avultado investimento que implica e pelas implicações que terá noutros investimentos prioritários, pela escassez de recursos financeiros.

A deputada Mónica Rocha elogiou o bom senso e a visão que o Dr. Sandro Paim tem para os Açores e perguntou como vê o incremento dos embarques e se tinha conhecimento de dificuldades e constrangimentos quer das companhias, quer dos passageiros, devido ao uso atual da placa, bem como de alguma reclamação. Questionou ainda sobre quais as perspetivas a longo prazo.



O Dr. Sandro Paim referiu que existem alguns problemas ao nível dos combustíveis, que condicionam as escalas técnicas na ilha Terceira, mas não tinham conhecimento de reclamações. Acrescentou que a empresa ANA Aeroportos tem um sistema de incentivos para a captação de voos e que a aerogare das Lajes não faz este trabalho, pelo que há que profissionalizar a sua gestão.

Além disso, referiu que o incremento de embarques e a liberalização do espaço aéreo está a ser positiva, mas a gestão da aerogare tem de ser mais profissional, com um sistema de incentivos ao nível da ANA Aeroportos. A placa de estacionamento não é, por isso, muito relevante comparando com a forma de gestão da aerogare.

A deputada Graça Silveira recordou que esta é uma reivindicação antiga do CDS, inclusive da própria Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, e que regista o com agrado que finalmente o PSD reconheça a importância da ampliação da placa de estacionamento da aerogare das Lajes, por nós defendida. A liberalização do espaço aéreo e a consequente vinda da Ryanair para a Terceira resultou num aumento do número de voos, pelo que questionou se considerava que a SATA poderia ser prejudicada, devido aos constrangimentos daí resultantes, uma vez que as aeronaves das outras companhias, supostamente terão prioridade em situações destas. Perguntou também o que tinha mudado para a Câmara de Comércio, que sempre defendeu a ampliação da placa, mas que agora considera que o foco deve estar nas questões orçamentais e nos custos, em vez de estar na necessidade de ampliação da pista e se a Câmara de Comércio está a aguardar pela finalização do processo de certificação.

O Dr. Sandro Paim mencionou que a posição atual da Câmara de Comércio tem a ver com a vertente empresarial, de potenciar ao máximo os recursos existentes e esgotar todas as possibilidades. Indicou que as suas primeiras declarações sobre a ampliação da pista são de 2002 e que resultaram do facto de existir uma forte presença militar, o que não se verifica agora. Referiu ainda que se o processo de certificação garantir uma afetação permanente e sem restrições da pista para uso civil não se justifica a



sua ampliação, mas caso não haja esta garantia então defende a ampliação da pista. Argumentou ainda que há alterações profundas na redução da função militar e no aumento da função civil da pista, que a liberalização não trouxe constrangimentos no uso da placa para fins civis, que o problema do terminal de carga está resolvido, pelo que entende que se deve aguardar pelo finalizar do processo de certificação, não se justificando, para já, a ampliação. Mencionou também que o modelo atual contempla apenas a placa C (militar), que não é suficiente, sendo necessário afetar ao uso civil a placa C, mais a placa A (alfa), por exemplo.

O deputado Paulo Mendes entende ser importante clarificar o atual modelo de liberalização aérea nos Açores e as obrigações de serviço público, mas a pista das lajes deveria ser totalmente civil, mantendo as operações da Força Aérea, de busca e salvamento. Perguntou como veria a Câmara de Comércio, numa ótica comercial, uma nova reafecção / utilização da base militar, do espaço aéreo e da pista.

O Dr. Sandro Paim afirmou que se esta nova utilização da vertente militar colocar constrangimentos ao uso civil, então neste caso (ainda que remoto) teremos problemas e poderá ser mesmo necessário ampliar a placa ou criar uma nova pista, porque o turismo é fundamental para alavancar a economia da ilha Terceira.

O deputado Luís Rendeiro lembrou que foi o PSD quem apresentou este projeto de resolução, ainda que quer o antigo Presidente Carlos César, o Partido Socialista e o CDS-PP tenham debatido o assunto no passado, tendo questionado se a Câmara de Comércio concordava com o facto de não se saber muito bem o desfecho do processo de certificação e que esta proposta conferia à Região um maior controlo sobre o uso da pista, pelo que era importante aproveitar esta possibilidade, conjugada com o PREIT e com os fundos próprios da Região.

A deputada Mónica Rocha salientou que as declarações de Carlos César foram proferidas num contexto diferente do que se verifica hoje, que o prazo do processo de certificação é de 2 anos, restando cerca de 1 ano para o terminar, e perguntou se



os compromissos entre os governos estão a ser cumpridos e de que forma foram lideradas as negociações entre os países. O Dr. Sando Paim confirmou que os compromissos estão a ser cumpridos e que a placa para uso civil é importante, mas que devemos refletir sobre os custos da ampliação ou construção.

Audição do Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro, na delegação da ALRAA em Angra do Heroísmo, em 26/04/2017.

O Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória iniciou a sua apresentação referindo que este assunto tem vindo a ser discutido desde 2005 e que desde então têm ocorrido diversas alterações nos pressupostos e no seu enquadramento. Entende que antes de se avançar para o alargamento da placa C, deve-se garantir o uso das 50 placas existentes que estão apenas afetas ao uso militar, ainda que a sujeição aos critérios dos comandantes da zona militar coloque alguns constrangimentos, sendo assim importante finalizar, primeiro, o processo de certificação que está em curso. Existe um dilema entre ter uma placa para uso civil, em exclusivo, de forma a defender os interesses da ilha Terceira e dos Açores, mas, por outro lado, é difícil justificar um novo investimento entre 6 a 10 milhões de euros, que duplique infraestruturas. Acrescentou ainda que se o uso civil, exclusivo e permanente, da placa não for acautelado no processo de certificação então deve-se fazer o investimento, devido aos condicionalismos que o uso militar provocam, até porque tem algumas dúvidas sobre o sucesso das negociações no processo de certificação.

O deputado Luís Rendeiro salientou a mudança de posição do Dr. Roberto Monteiro, visto ter defendido, no passado, a ampliação da pista. Fez ainda menção aos custos logísticos que recaem sobre a SATA, relativamente à paragem dos aviões em local distante da aerogare e questionou se não devíamos aproveitar esta oportunidade para ampliar a pista e se pode a Terceira esperar, hesitar e arriscar perder o impulso do turismo na ilha.



O Dr. Roberto Monteiro afirmou que tem sérias reservas sobre o sucesso do processo negocial, mas se houver a possibilidade de garantir o uso permanente de duas placas, pelo menos, para uso civil, então isso é preferível a construir de novo. Entende que o problema tem de ser resolvido, mas deve-se dar o benefício da dúvida no âmbito do processo negocial, sem antes avançar e decidir já a ampliação. Sugere a alteração do projeto de resolução (de forma condicionada), para que se aguarde, um ano, pela decisão do processo negocial, para que de uma forma consensual se resolva o problema para a Terceira e sem comprometer o erário público.

A deputada Mónica Rocha referiu que seria prudente aguardar um ano pela conclusão do processo de certificação e questionou como via a implementação do novo modelo de acessibilidades e o empenho do Governo Regional neste processo.

O Dr. Roberto Monteiro evidenciou o crescimento do turismo e da procura pela ilha Terceira, devido ao aumento dos lugares disponíveis nos aviões, mas entende ser importante aguardar pelo desfecho das negociações para fazer uma avaliação do processo, apesar da boa vontade e do trabalho do atual Governo da República, que tem tido uma postura exemplar.

A deputada Graça Silveira perguntou se se poderia depreender das palavras do presidente da AMRAA que este projeto de resolução devia ser alterado, ficando a parte resolutiva condicionada à decisão do processo negocial da certificação do uso civil da placa, se esta não garantir o uso civil ilimitado e permanente da pista, dado que aguardar um ano pode significar perder uma oportunidade.

A este respeito, o Dr. Roberto Monteiro afirmou que a decisão mais razoável e que melhor servia a Terceira consistia em aguardar um ano, porque os recursos são limitados e temos de justificar o melhor uso do dinheiro público. Acrescentou ainda que mesmo aguardando um ano não se perdia a oportunidade, pois as cinquenta placas existentes representam um número muito elevado e devemos aproveitar o que já existe.



O deputado Luís Rendeiro realçou as boas relações entre o Governo Regional dos Açores e o Governo da República e questionou se, devido a esta cooperação, não seria possível antecipar a resposta sobre o processo negocial e em que medida o projeto de resolução colidia com o processo de certificação, quer em tempo, quer em dinheiro. Questionou ainda sobre a existência de estudos prévios sobre a ampliação da pista.

Por sua vez, o deputado António Parreira afirmou que, atualmente, os aviões de longo curso e de grandes dimensões já aterram no outro lado da pista, sem grandes constrangimentos e perguntou se, tendo em conta as cinquenta placas existentes e o trabalho em curso relativo ao processo de certificação, não seria suficiente garantir o uso exclusivo e ilimitado da pista, para uso civil, em primeiro lugar.

Às perguntas colocadas, o Dr. Roberto Monteiro respondeu que é sua convicção que o grupo de trabalho apresente as suas conclusões no 1º trimestre de 2018 e que a certificação para uso civil devia ir mais além da placa de estacionamento, de forma a garantir mais escalas técnicas. Entende ainda que o projeto de resolução só deve avançar se não for assegurando e resolvido o problema do uso civil da placa, por via negocial, evitando decisões precipitadas e que acredita que o Governo Regional tenha elaborado estudos prévios, na altura em que Carlos César era Presidente.

Por fim, o deputado Miguel Costa questionou o convidado se considerava importante aguardar pelas conclusões do grupo de trabalho, se o prazo de um ano colocava em causa o desenvolvimento da ilha Terceira e se a afetação permanente da placa, para uso cível e sem condicionantes, era fulcral.

O Dr. Roberto Monteiro disse que era mais prudente aguardar, pois o prazo de um ano era curto, desde que a afetação para uso civil sem condicionantes seja garantida de forma permanente e com critérios objetivos.



Audição do Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas, Vítor Manuel Ângelo de Fraga, na delegação da ALRAA em Ponta Delgada, em 11/05/2017.

O Secretário Regional fez uma apreciação do assunto, referindo que as condições que existiam antes, em 2006, são diferentes das que se verificam hoje, ao nível da placa BA4. Hoje há maior disponibilidade de placas que podem ser cedidas no âmbito do processo de certificação, para uso civil, mediante critérios objetivos e que permitam evitar constrangimentos para a aviação civil. Indicou ainda que a placa C é, atualmente, responsável por 98% dos movimentos de aviação civil da aerogare das lajes e os restantes 2% são relativos a voos de escalas técnicas, voos de emergência médica, voos de estado e questões de segurança e, portanto, a atual infraestrutura é suficiente para as necessidades que existem.

O deputado Luís Rendeiro afirmou que compreende as declarações do Secretário Regional, mas nada garante que, num cenário diferente, uma eventual reativação do uso militar da base das lajes possa colocar graves constrangimentos ao uso da pista para aviação civil e que é importante reduzir a dependência de circunstâncias externas. Perguntou ainda qual o motivo de não fazer coincidir, de forma complementar, a construção do terminal de carga com a ampliação da pista, bem como qual o plano alternativo, caso o processo de certificação não resolva os problemas e se não estaremos a perder tempo com o facto de aguardarmos pela conclusão das negociações do processo de certificação.

O Secretário Regional afirmou que investir na resolução dos problemas dos açorianos não é perder tempo, que a atual infraestrutura da placa de estacionamento responde às necessidades existentes e que o processo de certificação envolve várias entidades e decorre dentro da normalidade. Entende ainda que não se deve misturar o terminal de carga, que é uma necessidade efetiva, com a ampliação da placa de estacionamento, que não é uma prioridade, o que é bem visível através do aumento do número de passageiros desembarcados (mais 73 mil passageiros, equivalente a mais 63,4%). Indicou ainda que 98% da placa C já está afeta à aviação civil e que só os



restantes 2% estão afetos ao uso militar, pelo que não é prudente avançar com um elevado investimento para algo que não é uma verdadeira necessidade e é baseado num cenário hipotético.

O deputado Luís Rendeiro questionou qual era a necessidade e os dados da aviação civil que justificavam o aumento da pista em 2006, aquando das declarações do ex-Presidente Carlos César, e se o processo de certificação irá inviabilizar novos investimentos.

O Secretário Regional argumentou que o processo de certificação não visa restringir o investimento futuro, mas sim garantir condições e flexibilidade da pista para uso civil, evitando constrangimentos e que hoje existem infraestruturas disponíveis para a aviação civil, o que não acontecia na data em que as declarações foram proferidas, pois estavam afetas ao uso militar, em exclusivo.

A deputada Mónica Rocha perguntou se a atual gestão partilhada da placa de estacionamento coloca alguns constrangimentos na gestão do espaço para a aviação civil.

O Secretário Regional assegurou que os constrangimentos, que existiam no passado, estão, quase, totalmente sanados, e que o processo de certificação visa resolver todos os constrangimentos e garantir condições e previsibilidade para a aviação civil.



3º. CAPÍTULO – POSIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

O **Grupo Parlamentar do PS** emite parecer **desfavorável**, ao Projeto de Resolução em análise.

O **Grupo Parlamentar do PSD** emite parecer **favorável**, ao Projeto de Resolução em análise.

O **Grupo Parlamentar do CDS/PP** emite parecer de **abstenção**, com reserva de posição para plenário, ao Projeto de Resolução em análise.

O **Grupo Parlamentar do BE** emite parecer de **abstenção**, com reserva de posição para plenário, ao Projeto de Resolução em análise.

4º. CAPÍTULO – CONCLUSÕES E PARECER

A Comissão Permanente de Economia deliberou, por **maioria**, com os votos contra do PS, com os votos favoráveis do PSD e com a abstenção do CDS/PP e do BE, dar **parecer desfavorável** ao Projeto de Resolução em análise.

Ponta Delgada, 02 de junho de 2017.

O Relator

Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Ao presente relatório são anexos os pareceres por escrito.

O Presidente

Miguel Costa